



DISPENSA ELETRÔNICA

MODALIDADE: DISPENSA ELETRÔNICA 009/2026
LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133/2021 – Art. 75, Inciso I e REGULAMENTOS MUNICIPAIS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8161/2026
PARTICIPAÇÃO: <u>AMPLA CONCORRÊNCIA</u>
DATA DE INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 05/05/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 09h00min às 15h00min
LOCAL: Sistema de Compras do Licitanet – https://licitanet.com.br/

O **MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.531.762/0001-33, com sede na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, por meio da Comissão Permanente de Licitação, realizará a **CONTRATAÇÃO DIRETA**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de **Dispensa Eletrônica** e seus anexos, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decretos Municipais nº 009 e nº 010 de 18 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de engenharia ambiental, visando à elaboração de estudos técnicos ambientais necessários à obtenção da Autorização Ambiental de Operação do depósito temporário de resíduos Classe A, provenientes de atividades de terraplanagem, dragagens e movimentação de solo no Município de Araruama, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

1.2. Secretaria Requisitante: **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

1.3. A contratação ocorrerá conforme descrição constante no Termo de Referência anexo a este edital.

1.3.1. O valor máximo da presente contratação é de **R\$ 128.462,34 (cento e vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos)**.

1.3.2. As despesas decorrentes da aquisição da prestação do serviço ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal do exercício de 2026.

1.3.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências



contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Licitanet, disponível no endereço eletrônico – <https://licitanet.com.br/>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Sistema de Compras Licitanet, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. A participação é **AMPLA** para todos os portes empresas.

2.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.1.4. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.1.5. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas.

2.3. DA RETIRADA DO EDITAL:

2.3.1. As empresas interessadas em participar do presente certame poderão retirar o Aviso por meio eletrônico, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>, bem como na sala do Setor de Licitações localizada à Avenida John Kennedy, nº 120 – Centro – Araruama.

2.3.2. As retiradas do Aviso também poderão ser realizadas através do Sistema de Compras do Licitanet, através do link – <https://licitanet.com.br/>.

2.4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

2.4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item:

2.4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta observando as seguintes disposições para elaboração do seu valor e posterior julgamento.

2.4.3. A proposta deverá observar a disposição dos subitens anteriores e conter a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, sendo cadastrada até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

a. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

2.4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

2.4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 4

a. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

2.4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

2.4.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

2.4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

2.4.10. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.4.11. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

2.4.12. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

2.4.13. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

2.4.14. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

2.4.15. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.4.16. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

a. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

b. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica;



c. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

d. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

3. FASE DE LANCES

3.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

3.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.2.1. O lance deverá ser ofertado em conformidade com o que dispõe o item 3.2.

3.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

3.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

3.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

3.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

3.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

3.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 6

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento de dispensa eletrônica.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.3.1. Para o envio da proposta o fornecedor poderá utilizar-se do modelo constante no anexo III deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.3.2. A proposta enviada pelo fornecedor deverá contemplar em seu valor toda a descrição dos serviços a serem executados, respeitando o limite de valor estimado do Termo Referência;

4.3.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

4.3.4. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

4.3.4.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

4.3.5. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

4.3.6. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A não apresentação da proposta adequada ensejará na imediata desclassificação da licitante.

4.3.7. Caso seja necessária a comprovação da exequibilidade da proposta, todos os documentos necessários a sua comprovação, inclusive planilha detalhada de composição de custos, deverão ser apresentados juntamente de sua proposta adequada ao último lance ofertado. A não apresentação da documentação mencionada alhures ensejará na imediata desclassificação da licitante.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. contiver vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 7

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.13. A dispensa eletrônica é composta de um único item e o critério de julgamento das propostas será o de menor preço, observando as disposições contidas no item 3.2 e seus subitens.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

5.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 8

assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.1.2. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para assinar o Contrato, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria – Geral da União. (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.2.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

5.2.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, excetose a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. As informações referentes à elaboração, formalização e gestão do Contrato encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O Termo de Referência detalha as condições de vigência, prorrogação, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados ao Contrato decorrente deste certame.

7. SANÇÕES

7.1. As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no Portal da Transparência do município, Sistema de Compras do Licitanet, através do endereço: <https://licitanet.com.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 10

8.2.1. republicar o presente edital com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.12. Havendo qualquer discordância ou divergência na especificação entre o código do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá do Termo de Referência.

8.13. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

8.13.2. ANEXO II – Termo de Referência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 11

8.13.3. ANEXO III – Modelo Proposta de Fornecimento;

8.13.4. ANEXO IV – Valor Estimado.

8.13.5. ANEXO V – Minuta do Termo de Contrato;

Araruama/RJ, 28 de abril de 2026.

CARLOS ALBERTO DA SILVA SIQUEIRA FILHO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1.1 Deverão ser apresentados os documentos:

- a) **No caso de empresário individual**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) **Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- c) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- d) **Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- e) **No caso de sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f) Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País.
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- h) CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

1.2.1 Deverão ser apresentados os documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa,



emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

- d)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- g)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- h)** caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.3.1 Deverá ser apresentada:

- a)** certidão negativa de falência ou recuperação judicial;
- b)** quando aplicável, demonstrações contábeis que evidenciem a boa situação financeira da empresa, podendo ser utilizados índices usuais de liquidez, desde que não restritivos.

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.4.1 A comprovação da qualificação técnica deverá ser realizada mediante:

- a)** registro ou inscrição da empresa no conselho profissional competente;
- b)** apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto ao CREA, compatível com o objeto da contratação;
- c)** apresentação de Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), emitido pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo de validade;
- d)** comprovação de que possui, em seu quadro técnico, profissionais habilitados, incluindo, quando aplicável, engenheiro e/ou geólogo;
- e)** apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto, tais como estudos ambientais, sondagens, monitoramento e levantamentos técnicos.

1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

1.5.1 Deverá ser comprovada a existência de responsável(is) técnico(s), mediante:

- a)** registro ativo no conselho profissional competente;
- b)** comprovação de vínculo com a empresa;
- c)** apresentação de acervo técnico compatível com os serviços a serem executados, podendo ser demonstrado por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou documento equivalente.



ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de engenharia ambiental, visando à elaboração de estudos técnicos ambientais necessários à obtenção da Autorização Ambiental de Operação do depósito temporário de resíduos Classe A**, provenientes de atividades de terraplanagem, dragagens e movimentação de solo no Município de Araruama.

1.2 Os serviços compreendem, de forma integrada, a execução de levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral, elaboração de programa de monitoramento ambiental, coleta de amostras de solo, análises laboratoriais de águas superficiais e subterrâneas, bem como a execução de sondagens ambientais e instalação de poços de monitoramento, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

1.3 O objeto da presente contratação caracteriza-se como **serviço comum de engenharia, com conteúdo técnico especializado**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste instrumento, sendo possível sua execução por empresas especializadas do ramo, sem necessidade de soluções inovadoras ou desenvolvimento tecnológico específico.

1.4 A execução do objeto dar-se-á sob o regime de **empreitada por preço global**, considerando a natureza integrada e interdependente dos serviços.

1.5 Os quantitativos estimados e as especificações dos serviços a serem contratados estão descritos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT	VLR TOT
1	Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral com mapeamento das restrições ambientais, caracterização da cobertura vegetal, elaboração de mapa de localização, acessos, sistema viário, ocupação do entorno, bacia hidrográfica e delimitação da área de estudo.	SRV	1	R\$ 17.300,00	R\$ 17.300,00
2	Elaboração do programa de monitoramento ambiental contemplando qualidade do solo, águas subterrâneas e águas superficiais, incluindo definição da rede de amostragem, parâmetros de análise, metodologia de coleta e avaliação das condicionantes da licença ambiental anterior	SRV	1	R\$ 33.014,42	R\$ 33.014,42
3	Coleta de amostras de solo subsuperficial para análises físicas, químicas, físico-químicas e biológicas, incluindo logística de campo, acondicionamento, transporte e cadeia de custódia.	SRV	4	R\$ 3.353,66	R\$ 13.414,64



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 15

4	Análises laboratoriais das amostras de água superficial e subterrânea em laboratório acreditado, incluindo parâmetros físico-químicos e biológicos conforme legislação ambiental aplicável.	SRV	4	R\$ 3.866,66	R\$ 15.466,64
5	Execução de sondagens ambientais e instalação de poços de monitoramento de águas subterrâneas, incluindo perfuração, instalação de tubos de monitoramento, pré-filtro, selo sanitário, desenvolvimento do poço e medição do nível d'água, conforme normas da ABNT.	SRV	4	R\$ 12.316,66	R\$ 49.266,64

1.6 Os serviços serão executados na área do depósito temporário de resíduos Classe A, localizada na Estrada Engenho Novo, Monte Belo, no Município de Araruama, com área aproximada de 50.000 m².

1.7 A presente contratação será realizada por meio de **dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação situar-se dentro do limite legal estabelecido para serviços de engenharia.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de realização de estudos técnicos ambientais indispensáveis à obtenção da Autorização Ambiental de Operação do depósito temporário de resíduos Classe A, oriundos de atividades de terraplanagem, dragagem e movimentação de solo.

A ausência desses estudos inviabiliza a regularização ambiental da área, podendo resultar na paralisação das atividades de recebimento e destinação de resíduos da construção civil, com impactos diretos na execução de obras públicas e privadas, bem como no cumprimento das normas ambientais vigentes. Além disso, a não observância das exigências legais pode ensejar sanções administrativas e prejuízos à gestão ambiental.

Dessa forma, a contratação atende diretamente ao interesse público, ao assegurar a continuidade de serviço essencial, a conformidade com a legislação ambiental e a adequada destinação de resíduos, contribuindo para a proteção do meio ambiente e a eficiência da Administração Pública.

2.2 Os quantitativos definidos para a presente contratação foram estabelecidos com base em critérios técnicos relacionados à área de intervenção e à necessidade de cobertura ambiental adequada.

O levantamento topográfico e o programa de monitoramento foram dimensionados como serviços únicos, considerando a abrangência total da área objeto de análise. As coletas de solo, análises laboratoriais e instalação de poços de monitoramento foram definidas a partir da divisão técnica da área em setores, de modo a garantir representatividade espacial e confiabilidade dos dados ambientais obtidos.

A definição de quatro pontos de amostragem e monitoramento atende a parâmetros técnicos usualmente adotados em estudos ambientais de áreas com características semelhantes, assegurando equilíbrio entre rigor técnico e economicidade.

2.3 A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços técnicos ambientais, contemplando todas as etapas necessárias à obtenção dos dados e relatórios exigidos pelos órgãos ambientais competentes.



A escolha por solução integrada mostra-se mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, uma vez que assegura padronização metodológica, maior confiabilidade dos resultados, melhor coordenação entre as etapas do serviço e redução de riscos de incompatibilidade técnica entre diferentes executores.

Alternativas como execução por equipe própria ou contratação fragmentada dos serviços mostraram-se inviáveis ou menos vantajosas, seja pela ausência de estrutura técnica interna suficiente, seja pelo aumento da complexidade operacional, dos custos indiretos e dos riscos de falhas na execução.

2.4 A presente contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de serviço de engenharia cujo valor estimado encontra-se dentro do limite legal estabelecido para essa modalidade de contratação.

A adoção da dispensa mostra-se adequada e suficiente para atender à necessidade da Administração, assegurando celeridade, economicidade e eficiência na contratação, sem prejuízo da observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1 A presente contratação será realizada por meio de **dispensa de licitação**, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de serviço de engenharia cujo valor estimado se encontra dentro do limite legal estabelecido para essa hipótese.

A adoção da contratação direta mostra-se adequada ao caso concreto, considerando a baixa complexidade do procedimento sob o aspecto competitivo, a necessidade de celeridade na regularização ambiental e a compatibilidade do valor com os parâmetros legais vigentes.

3.2 Por se tratar de contratação direta, não se aplicam os institutos de critério de julgamento e modo de disputa típicos dos procedimentos licitatórios, uma vez que inexistente fase competitiva formal entre licitantes.

3.3 A escolha do fornecedor fundamenta-se na análise da proposta apresentada, que demonstrou compatibilidade com as necessidades da Administração, tanto sob o aspecto técnico quanto operacional.

A empresa selecionada apresentou proposta que contempla todos os serviços necessários à execução do objeto, evidenciando capacidade técnica compatível com a complexidade da contratação, incluindo a realização de levantamentos, análises ambientais e elaboração de relatórios técnicos exigidos pelos órgãos competentes.

Além disso, a escolha considerou a aptidão da empresa para execução integrada dos serviços, fator essencial para garantir a padronização metodológica e a confiabilidade dos resultados.

3.4 O valor proposto mostra-se compatível com os preços praticados no mercado para serviços de mesma natureza, conforme verificado por meio de análise comparativa com contratações similares realizadas por outros entes públicos e referências disponíveis em bases oficiais.

A compatibilidade do preço decorre da consideração de fatores como escopo técnico, quantitativos envolvidos, mobilização de equipe especializada, utilização de equipamentos específicos e custos indiretos inerentes à execução dos serviços.

Dessa forma, conclui-se que o valor contratado atende aos princípios da economicidade e da vantajosidade



para a Administração.

4. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

4.1 O presente objeto não se caracteriza como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tratando-se de contratação de serviços técnicos especializados de engenharia ambiental, voltados à realização de estudos e levantamentos de campo, análises laboratoriais e elaboração de relatórios técnicos.

5. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TIC

5.1 O objeto da presente contratação não envolve solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), razão pela qual não se aplicam os requisitos específicos previstos para esse tipo de contratação.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 O objeto da presente contratação é composto por diferentes atividades técnicas, tais como levantamento topográfico, monitoramento ambiental, coleta de amostras, análises laboratoriais e execução de sondagens. Embora tais atividades possam, em tese, ser consideradas divisíveis sob o aspecto material, verifica-se que possuem caráter técnico integrado e interdependente.

6.2 Sob o aspecto técnico, as etapas que compõem o objeto demandam execução coordenada e sequencial, uma vez que os resultados de determinadas atividades constituem insumos para as etapas subsequentes. A divisão da contratação poderia comprometer a padronização metodológica, a consistência dos dados e a qualidade dos relatórios técnicos exigidos pelos órgãos ambientais.

6.3 A eventual contratação de múltiplos fornecedores implicaria aumento da complexidade na gestão e fiscalização contratual, com riscos de falhas de comunicação, sobreposição de responsabilidades e divergências técnicas entre executores, o que poderia comprometer o cumprimento de prazos e a eficiência na execução do objeto.

6.4 Embora o parcelamento possa, em determinadas situações, ampliar a competitividade, no caso concreto verifica-se que a contratação integrada é mais vantajosa, pois possibilita melhor coordenação dos serviços, redução de custos indiretos, otimização de recursos e maior eficiência na mobilização de equipe e equipamentos.

6.5 Diante do exposto, **conclui-se pela não adoção do parcelamento do objeto**, considerando sua natureza integrada, a interdependência entre as etapas e a necessidade de garantir a eficiência, a qualidade técnica dos resultados e a adequada gestão contratual.

7. DO CONSÓRCIO

7.1 Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente contratação.

7.1.1 A vedação à participação de consórcios fundamenta-se na natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia ambiental, executados de forma integrada e com interdependência entre as etapas.

A execução por múltiplas empresas consorciadas poderia comprometer a padronização metodológica, a uniformidade dos dados coletados e a consistência dos resultados técnicos, especialmente em atividades que exigem coordenação contínua, como sondagens, coletas e análises ambientais.



7.1.2 A admissão de consórcios aumentaria a complexidade da gestão e fiscalização contratual, dificultando a definição de responsabilidades, a comunicação entre as partes e a resolução de eventuais inconsistências técnicas, o que não se mostra adequado diante da necessidade de controle rigoroso e acompanhamento contínuo dos serviços.

7.2 A vedação à participação de consórcios mostra-se medida adequada e proporcional à natureza da contratação, contribuindo para a simplificação da gestão contratual, a definição clara de responsabilidades e a garantia da qualidade técnica dos serviços a serem executados.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada de serviços técnicos de engenharia ambiental, contemplando todas as etapas necessárias à obtenção de dados e relatórios exigidos pelos órgãos ambientais competentes para a regularização da área.

A prestação dos serviços abrange atividades de campo, análises laboratoriais e elaboração de documentos técnicos, estruturadas de forma sequencial e interdependente.

8.2 A solução compreende, de forma articulada, os seguintes componentes:

- a) levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral da área;
- b) elaboração de programa de monitoramento ambiental;
- c) coleta de amostras de solo subsuperficial;
- d) análises laboratoriais de águas superficiais e subterrâneas;
- e) execução de sondagens ambientais e instalação de poços de monitoramento;
- f) consolidação dos dados e elaboração de relatórios técnicos conclusivos.

8.3 Os serviços deverão ser executados por equipe técnica qualificada, com utilização de metodologias reconhecidas e equipamentos adequados, garantindo a precisão dos dados e a confiabilidade dos resultados.

As atividades de campo deverão seguir planejamento prévio, com definição de pontos de coleta, procedimentos de amostragem e critérios técnicos compatíveis com a natureza da área. As análises laboratoriais deverão observar padrões técnicos aplicáveis, assegurando a validade dos resultados para fins ambientais.

8.4 A execução dos serviços deverá ocorrer de forma organizada em etapas, iniciando-se pelo planejamento técnico, seguido das atividades de campo, processamento das amostras, análise dos dados e elaboração dos relatórios finais.

Esse fluxo operacional permite o acompanhamento contínuo da execução, possibilitando ajustes necessários e garantindo a consistência das informações produzidas.

8.5 A contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela correção de eventuais inconsistências nos dados ou relatórios apresentados, sem ônus adicional.

Os resultados deverão atender às exigências técnicas dos órgãos ambientais, sendo apresentados de forma clara, estruturada e compatível com os padrões exigidos.



8.6 A execução deverá observar práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo o uso racional de recursos, a adequada destinação de resíduos gerados e a adoção de técnicas que reduzam interferências na área analisada.

8.7 Ao final da execução contratual, deverá ser entregue conjunto completo de estudos e relatórios técnicos aptos a subsidiar o processo de regularização ambiental, contendo dados confiáveis, análises consistentes e informações suficientes para atendimento às exigências legais.

8.8 Requisitos Laboratoriais

As análises laboratoriais deverão ser realizadas por laboratório acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, garantindo a confiabilidade e a rastreabilidade dos resultados.

9. DA EXECUÇÃO

9.1 A execução do objeto deverá ocorrer de forma integrada e sequencial, contemplando todas as etapas necessárias à realização dos estudos ambientais, desde o planejamento inicial até a entrega dos relatórios técnicos conclusivos.

A contratada será responsável por organizar e conduzir as atividades técnicas, assegurando a continuidade das etapas, a consistência dos dados obtidos e a conformidade com as exigências ambientais aplicáveis.

9.2 Os serviços deverão ser iniciados em até **10 (dez) dias** contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço.

O prazo máximo de execução será de até **120 (cento e vinte) dias** corridos.

9.3 Os serviços serão executados na área destinada ao depósito temporário de resíduos Classe A, bem como em locais necessários à realização de análises laboratoriais e processamento de dados.

9.4 A execução deverá observar, no mínimo, as seguintes etapas:

- a) planejamento técnico e definição dos pontos de amostragem;
- b) realização de levantamentos e atividades de campo;
- c) coleta de amostras e execução de sondagens;
- d) análises laboratoriais;
- e) tratamento e interpretação dos dados;
- f) elaboração e entrega dos relatórios técnicos.

9.5 A execução dos serviços será acompanhada por servidor designado, que verificará o cumprimento das etapas, a qualidade dos serviços prestados e a conformidade com as especificações estabelecidas.

A contratada deverá manter comunicação contínua com a fiscalização, prestando informações sempre que solicitado.

9.6 O recebimento provisório ocorrerá mediante a entrega dos relatórios técnicos e demais produtos previstos, para fins de verificação quanto à conformidade com o objeto contratado.



9.7 O recebimento definitivo será realizado após a análise técnica dos produtos entregues, com a verificação do atendimento integral às exigências contratuais, podendo ser condicionada à correção de eventuais inconsistências identificadas.

9.8 Os serviços serão considerados aceitos quando atenderem às especificações técnicas estabelecidas, apresentarem consistência metodológica e estiverem aptos a subsidiar as exigências dos órgãos ambientais competentes.

9.9 Eventuais inconsistências identificadas deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional, dentro de prazo razoável a ser definido pela Administração, contado da notificação.

9.10 A coleta, o acondicionamento, o transporte e a análise das amostras deverão observar procedimentos de cadeia de custódia, garantindo a rastreabilidade, integridade e confiabilidade dos dados obtidos.

9.11 A contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

10. DA GARANTIA

10.1 A contratada deverá garantir a qualidade técnica dos serviços executados, responsabilizando-se pela consistência dos dados, pela adequação metodológica e pela conformidade dos relatórios apresentados com as exigências dos órgãos ambientais competentes.

10.2 A garantia abrange todos os produtos entregues no âmbito da contratação, incluindo levantamentos, análises, registros e relatórios técnicos, devendo estes atender integralmente às especificações estabelecidas e aos padrões técnicos aplicáveis.

10.3 Identificadas inconsistências, falhas técnicas ou inadequações nos serviços prestados, a contratada deverá promover as correções necessárias, sem ônus adicional, no prazo a ser definido pela Administração, contado da notificação formal.

10.4 A contratada deverá prestar suporte técnico durante a vigência contratual, incluindo esclarecimentos sobre os dados apresentados, metodologias utilizadas e informações constantes nos relatórios técnicos.

10.5 Não se aplicam exigências de manutenção preventiva ou corretiva típicas de bens permanentes, considerando a natureza do objeto como prestação de serviços técnicos especializados.

10.6 A garantia prevista neste item visa assegurar a qualidade, a confiabilidade e a utilidade dos serviços prestados, de modo a atender plenamente às finalidades da contratação.

11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

11.1 As quantidades previstas para a presente contratação foram definidas com base em critérios técnicos relacionados à área de intervenção, à natureza dos estudos ambientais a serem realizados e às exigências dos órgãos ambientais competentes.

A definição considerou a necessidade de obtenção de dados representativos e suficientes para caracterização ambiental da área, garantindo a confiabilidade das análises e a adequada instrução do processo de regularização.

11.2 O dimensionamento dos serviços observou a divisão técnica da área em pontos de análise, de modo a assegurar cobertura adequada para levantamento topográfico, monitoramento ambiental, coleta de amostras e instalação de estruturas de monitoramento.



Os serviços definidos como unidade única abrangem toda a área objeto de estudo, enquanto as atividades de coleta, análise e sondagem foram quantificadas de acordo com a necessidade de representatividade espacial dos dados.

11.3 Os quantitativos estabelecidos mostram-se suficientes para atender às exigências técnicas e legais aplicáveis, sem excesso ou insuficiência, mantendo equilíbrio entre rigor técnico e economicidade.

A definição adotada permite a execução completa dos estudos ambientais, evitando retrabalho ou necessidade de complementações posteriores.

11.4 Os quantitativos definidos consideram a interdependência entre as etapas do objeto, uma vez que os resultados obtidos em determinadas atividades subsidiam as demais fases da execução.

Essa relação justifica a definição integrada dos quantitativos, assegurando coerência técnica e continuidade na execução dos serviços.

11.5 Não foram identificadas contratações vigentes ou planejadas que possam gerar sobreposição com o objeto, sendo a presente demanda específica e suficiente para atendimento da necessidade administrativa.

12. ESTIMATIVA DE VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS

12.1 A estimativa dos valores unitários e globais da contratação foi elaborada pelo Departamento de Compras, por meio da Nota Técnica nº 342/2026, observando os parâmetros estabelecidos no art. 6º do Decreto Municipal nº 10/2024.

A metodologia adotada considerou a análise de valores praticados no mercado para serviços similares, bem como a compatibilidade com o escopo técnico da contratação, os quantitativos estimados e as condições de execução previstas.

12.2 Valores unitários e globais estimados

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT	VLR TOT
1	Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral com mapeamento das restrições ambientais, caracterização da cobertura vegetal, elaboração de mapa de localização, acessos, sistema viário, ocupação do entorno, bacia hidrográfica e delimitação da área de estudo.	SRV	1	R\$ 17.300,00	R\$ 17.300,00
2	Elaboração do programa de monitoramento ambiental contemplando qualidade do solo, águas subterrâneas e águas superficiais, incluindo definição da rede de amostragem, parâmetros de análise, metodologia de coleta e avaliação das condicionantes da licença ambiental anterior	SRV	1	R\$ 33.014,42	R\$ 33.014,42
3	Coleta de amostras de solo subsuperficial para análises físicas, químicas, físico-químicas e biológicas, incluindo logística de campo, acondicionamento, transporte e cadeia de custódia.	SRV	4	R\$ 3.353,66	R\$ 13.414,64



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 22

4	Análises laboratoriais das amostras de água superficial e subterrânea em laboratório acreditado, incluindo parâmetros físico-químicos e biológicos conforme legislação ambiental aplicável.	SRV	4	R\$ 3.866,66	R\$ 15.466,64
5	Execução de sondagens ambientais e instalação de poços de monitoramento de águas subterrâneas, incluindo perfuração, instalação de tubos de monitoramento, pré-filtro, selo sanitário, desenvolvimento do poço e medição do nível d'água, conforme normas da ABNT.	SRV	4	R\$ 12.316,66	R\$ 49.266,64

12.2.1 Valor global estimado: **R\$ 128.462,34 (cento e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos).**

12.3 Os valores estimados refletem os preços praticados no mercado para serviços de natureza semelhante, considerando a complexidade técnica do objeto, a necessidade de integração entre as etapas de execução e os custos operacionais envolvidos.

A utilização de parâmetros definidos em normativo municipal, aliada à formalização da pesquisa por meio de nota técnica específica, confere maior robustez, transparência e confiabilidade à estimativa realizada.

12.4 A memória de cálculo detalhada e os documentos que fundamentam a estimativa de preços constam da **Nota Técnica nº 342/2026**, elaborada pelo **Departamento de Compras** e juntada aos autos do processo administrativo.

12.5 Não será adotado orçamento sigiloso para a presente contratação, sendo os valores estimados expressamente divulgados neste Termo de Referência.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente da presente contratação será suportada pela seguinte dotação orçamentária:

- **Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- **Fonte de Recursos:** 1500
- **Ficha:** 506
- **Programa de Trabalho:** 18.541.0033.2.189.000

13.2 A contratação está compatível com as ações orçamentárias destinadas à execução de atividades relacionadas à gestão ambiental, observadas as disposições legais aplicáveis à execução da despesa pública.

14. RESERVA DE COTA E EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

14.1 A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente no âmbito de procedimentos licitatórios, com vistas à ampliação da competitividade e ao estímulo ao desenvolvimento econômico.

14.2 No presente caso, a contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, inexistindo procedimento competitivo formal que permita a aplicação dos benefícios relacionados à exclusividade ou à reserva de cotas.



14.3 Embora não se aplique a reserva formal prevista na legislação, a Administração poderá contratar microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que atendidos os requisitos técnicos e demonstrada a compatibilidade da proposta com o objeto e com os preços de mercado.

14.4 A não aplicação de exclusividade ou reserva de cota decorre da natureza da contratação direta, não configurando restrição indevida, sendo assegurada a observância dos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

15. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

15.1 A proposta apresentada deverá possuir prazo mínimo de validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua emissão, assegurando a estabilidade das condições ofertadas durante o processo de contratação.

15.2 A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo despesas com mão de obra, equipamentos, materiais, deslocamentos, tributos, encargos sociais e quaisquer outros custos diretos ou indiretos.

Não será admitida a cobrança de valores adicionais não previstos na proposta apresentada.

15.3 A proposta deverá estar compatível com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, contemplando todas as etapas necessárias à execução dos serviços, de forma integrada.

15.4 A proposta deverá apresentar descrição clara dos serviços ofertados, com detalhamento suficiente para demonstrar sua aderência ao objeto, evitando ambiguidades que possam comprometer a execução contratual.

15.5 O fornecedor deverá manter as condições da proposta durante todo o processo de formalização da contratação, não sendo admitidas alterações que comprometam a vantajosidade inicialmente apresentada.

15.6 Não se aplicam critérios formais de julgamento técnico ou de técnica e preço, tendo em vista tratar-se de contratação direta, sendo a análise da proposta realizada com base na compatibilidade técnica e na adequação ao interesse da Administração.

16. AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E PROVA DE CONCEITO

16.1 Não será exigida a apresentação de amostra, realização de exame de conformidade ou prova de conceito, considerando a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia ambiental.

16.1.1 Os serviços a serem contratados não envolvem fornecimento de bens padronizados ou produtos físicos passíveis de verificação prévia por meio de amostras, sendo sua avaliação baseada na capacidade técnica do fornecedor e na qualidade dos resultados a serem apresentados durante a execução contratual.

16.1.2 A conformidade do objeto será aferida por meio do acompanhamento da execução dos serviços, da análise dos relatórios técnicos entregues e da verificação do atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

16.2 A não exigência de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito mostra-se adequada à natureza da contratação, não comprometendo a verificação da qualidade dos serviços nem a segurança da contratação.



17. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

17.1 Para fins de formalização da contratação, deverão ser exigidos do fornecedor documentos que comprovem sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, compatíveis com a natureza e a complexidade dos serviços de engenharia ambiental a serem executados.

17.2 Qualificação técnica

A comprovação da qualificação técnica deverá ser realizada mediante:

- a) registro ou inscrição da empresa no conselho profissional competente;
- b) apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto ao CREA, compatível com o objeto da contratação;
- c) apresentação de Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), emitido pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo de validade;
- d) comprovação de que possui, em seu quadro técnico, profissionais habilitados, incluindo, quando aplicável, engenheiro e/ou geólogo;
- e) apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto, tais como estudos ambientais, sondagens, monitoramento e levantamentos técnicos.

17.3 Qualificação técnico-profissional

Deverá ser comprovada a existência de responsável(is) técnico(s), mediante:

- a) registro ativo no conselho profissional competente;
- b) comprovação de vínculo com a empresa;
- c) apresentação de acervo técnico compatível com os serviços a serem executados, podendo ser demonstrado por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou documento equivalente.

17.4 Qualificação econômico-financeira

Deverá ser apresentada:

- a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial;
- b) quando aplicável, demonstrações contábeis que evidenciem a boa situação financeira da empresa, podendo ser utilizados índices usuais de liquidez, desde que não restritivos.

17.5 Regularidade jurídica e fiscal

Deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- c) regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho.



17.6 A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, especialmente quanto à regularidade no conselho profissional e no Cadastro Técnico Federal.

17.7 As exigências estabelecidas guardam relação direta com o objeto contratado, sendo necessárias para assegurar a capacidade técnica e a regularidade do fornecedor, sem impor restrições indevidas.

18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

18.1 Requisitos técnicos

A execução dos serviços deverá observar metodologias reconhecidas e normas técnicas aplicáveis à engenharia ambiental, garantindo a confiabilidade dos dados obtidos e a adequação dos resultados às exigências dos órgãos ambientais competentes.

Os levantamentos, coletas, análises e demais atividades deverão ser realizados com utilização de equipamentos apropriados e técnicas compatíveis com a natureza da área e dos estudos a serem desenvolvidos.

18.2 Requisitos operacionais

A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente para execução integral dos serviços, garantindo o cumprimento dos prazos e a continuidade das atividades.

Deverá assegurar a adequada mobilização de recursos humanos e materiais, bem como o planejamento das atividades de campo e de laboratório, de forma a evitar interrupções ou atrasos na execução.

18.3 Requisitos administrativos

A contratada deverá manter comunicação permanente com a Administração, prestando informações sobre o andamento dos serviços e atendendo às solicitações da fiscalização.

Deverá também cumprir os prazos estabelecidos, apresentar os produtos técnicos nos formatos exigidos e observar as condições previstas neste Termo de Referência e no contrato.

18.4 Requisitos legais e ambientais

A execução dos serviços deverá observar a legislação ambiental vigente, bem como normas técnicas aplicáveis, incluindo aquelas relacionadas ao monitoramento ambiental, coleta de amostras e elaboração de estudos técnicos.

A contratada deverá manter regularidade junto aos órgãos de controle e fiscalização profissional e ambiental durante toda a execução contratual.

18.5 Segurança e responsabilidade técnica

A contratada será responsável pela adoção de medidas de segurança durante a execução dos serviços, especialmente nas atividades de campo, bem como pela responsabilidade técnica dos trabalhos realizados.

Os serviços deverão ser acompanhados por profissional legalmente habilitado, assegurando a validade técnica dos resultados.

18.6 Não se aplica procedimento específico de transição contratual, tendo em vista que a contratação se refere a serviço pontual, sem continuidade operacional entre diferentes fornecedores.



18.7 Normas

Incluindo, quando aplicável:

- normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- normas relacionadas à amostragem e análise ambiental;
- normas aplicáveis à execução de sondagens e instalação de poços de monitoramento;

19. DO CONTRATO

19.1 A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual, a ser assinado entre as partes, contendo todas as condições necessárias à execução do objeto.

19.2 O contratado será convocado para assinatura do contrato no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

19.3 O prazo de vigência do contrato será de até **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, período suficiente para a execução integral dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais.

19.4 O prazo de execução dos serviços será definido na ordem de serviço, compatível com as etapas previstas, devendo a contratada cumprir os prazos estabelecidos para entrega dos produtos técnicos.

19.5 A prorrogação do contrato poderá ocorrer, de forma excepcional, desde que devidamente justificada, nos termos da legislação vigente, quando necessária para conclusão do objeto ou em razão de fatos supervenientes que impeçam sua execução no prazo inicialmente estabelecido.

19.6 Não será aplicado reajuste de preços, considerando tratar-se de contratação com prazo de execução definido e inferior ao período mínimo exigido para concessão de reajuste, nos termos da legislação aplicável.

19.7 Fica assegurado o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação vigente, mediante comprovação de fatos supervenientes que impactem os custos da contratação.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1 Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.

20.2 A não exigência de garantia fundamenta-se na natureza do objeto, no valor da contratação e no baixo risco associado à execução dos serviços, não se mostrando necessária para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.

Adicionalmente, a exigência de garantia poderia representar ônus desproporcional ao contratado, sem benefício relevante para a Administração, considerando os mecanismos de controle, fiscalização e aplicação de penalidades já previstos.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1 Disponibilizar à contratada todas as informações, dados e documentos necessários à execução dos serviços, bem como garantir o acesso às áreas onde serão realizadas as atividades de campo.



21.2 Designar servidor responsável pela fiscalização do contrato, incumbido de acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações e atestar os produtos entregues.

21.3 Receber e analisar os relatórios e demais produtos apresentados, manifestando-se quanto à sua conformidade e solicitando, quando necessário, ajustes ou complementações.

21.4 Prestar esclarecimentos à contratada e facilitar a interlocução com outros setores envolvidos, quando necessário ao desenvolvimento dos serviços.

21.5 Efetuar o pagamento devido após a verificação da execução dos serviços e o atesto pela fiscalização, conforme condições estabelecidas no contrato.

21.6 Comunicar formalmente à contratada eventuais falhas ou inconsistências verificadas na execução, estabelecendo prazo para sua correção.

21.7 Assegurar, quando necessário, apoio institucional para viabilizar a execução das atividades de campo, inclusive quanto ao acesso e às condições mínimas para realização dos trabalhos.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1 Executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, observando padrões técnicos adequados, normas aplicáveis e boas práticas de engenharia ambiental.

22.2 Responsabilizar-se tecnicamente pelos serviços executados, assegurando que todas as atividades sejam acompanhadas por profissional habilitado e devidamente registrado no conselho profissional competente.

22.3 Disponibilizar equipe técnica qualificada, em número suficiente, bem como equipamentos e insumos necessários à execução integral dos serviços, garantindo a continuidade das atividades.

22.4 Cumprir os prazos estabelecidos para execução das etapas e entrega dos produtos, comunicando previamente qualquer situação que possa comprometer o cronograma.

22.5 Realizar as atividades de campo com observância às normas de segurança, adotando as medidas necessárias para evitar riscos aos profissionais envolvidos e minimizar impactos na área.

22.6 Assegurar a precisão das medições, a confiabilidade das amostras coletadas e a consistência das análises realizadas, sendo responsável pela qualidade dos dados apresentados.

22.7 Elaborar e apresentar relatórios técnicos completos, contendo metodologia utilizada, dados obtidos, análises realizadas e conclusões, em formato adequado e compatível com as exigências dos órgãos ambientais.

22.8 Corrigir, sem ônus adicional, eventuais falhas, inconsistências ou inadequações identificadas nos serviços ou nos produtos entregues, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

22.9 Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, permitindo o acompanhamento da execução dos serviços e atendendo às determinações emitidas.

22.10 Manter, durante toda a execução contratual, regularidade junto aos órgãos de controle profissional e ambiental, observando a legislação vigente aplicável ao objeto.

22.11 Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.



22.12 Comunicar à Administração quaisquer intercorrências que possam impactar a execução dos serviços, propondo, quando cabível, medidas corretivas.

22.13 Utilizar as informações obtidas exclusivamente para a execução do objeto contratado, não sendo permitida sua divulgação sem autorização da Administração, quando aplicável.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração.

23.2 A subcontratação ficará limitada a até **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, devendo restringir-se a atividades acessórias ou complementares.

23.3 Poderão ser subcontratadas atividades específicas, tais como análises laboratoriais ou serviços técnicos especializados, desde que não comprometam a execução do objeto.

23.4 A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive pelas atividades subcontratadas.

23.5 Condições para subcontratação

A subcontratação dependerá de:

- a) solicitação formal;
- b) identificação da subcontratada;
- c) comprovação de capacidade técnica;
- d) aprovação da Administração.

23.6 Fica expressamente vedada a subcontratação integral do objeto.

24. DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

24.1 Todos os produtos resultantes da execução contratual, incluindo relatórios técnicos, levantamentos, estudos, dados, mapas e demais documentos, serão de propriedade da Administração, podendo ser utilizados, reproduzidos ou compartilhados para fins institucionais.

24.2 A Administração poderá utilizar os materiais produzidos sem limitação de tempo ou território, inclusive para subsidiar processos administrativos, licenciamento ambiental ou outras finalidades públicas.

24.3 A contratada será responsável pela veracidade, consistência e integridade das informações produzidas, devendo assegurar que os dados apresentados reflitam fielmente as condições analisadas.

24.4 A contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da execução do contrato, não podendo divulgá-las ou utilizá-las para fins diversos sem autorização da Administração.

24.5 A contratada deverá adotar medidas adequadas para proteção das informações, evitando perda, extravio, uso indevido ou acesso não autorizado, especialmente durante o armazenamento e transporte de dados e documentos.



24.6 Os dados e documentos produzidos não poderão ser utilizados pela contratada para fins comerciais ou divulgação pública sem prévia autorização da Administração, quando aplicável.

24.7 O descumprimento das obrigações relacionadas ao sigilo e à segurança da informação sujeitará a contratada às sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

25. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

25.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, que atuará como gestor e fiscal, observando as diretrizes institucionais aplicáveis e as disposições deste Termo de Referência.

25.2 Serão designados formalmente:

- a) gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento geral da execução e pela interlocução com a contratada;
- b) fiscal do contrato, responsável pela verificação técnica dos serviços executados e pela análise dos produtos entregues.

25.3 Atribuições na execução do objeto

Compete aos agentes designados:

- a) acompanhar a execução das etapas previstas;
- b) verificar a conformidade dos serviços com as especificações técnicas;
- c) analisar os relatórios apresentados;
- d) registrar ocorrências relevantes;
- e) solicitar correções ou complementações, quando necessário.

25.4 Pontos críticos de controle

A fiscalização deverá observar, especialmente:

- a) a adequação das metodologias utilizadas nas atividades de campo;
- b) a correta execução das coletas e sondagens;
- c) a consistência dos dados obtidos e das análises realizadas;
- d) a qualidade e completude dos relatórios técnicos;
- e) o atendimento às exigências dos órgãos ambientais.

25.5 Todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual deverão ser registradas, sendo comunicadas à contratada para adoção das providências cabíveis.

25.6 Identificadas falhas ou inconsistências, a fiscalização deverá adotar as medidas necessárias para sua correção, inclusive com a fixação de prazo para regularização.

25.7 A gestão e fiscalização visam assegurar a qualidade dos serviços, a conformidade com o objeto contratado e o atendimento às finalidades da contratação.

26. CRITÉRIOS DE PRAZO E MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



26.1 A medição dos serviços será realizada com base na entrega dos produtos previstos, vinculada às etapas executadas, devidamente comprovadas por meio de relatórios técnicos apresentados pela contratada.

26.2 A execução dos serviços será comprovada mediante:

- a) apresentação de relatórios técnicos correspondentes às etapas realizadas;
- b) registros das atividades de campo, quando aplicável;
- c) resultados das análises laboratoriais;
- d) demais documentos que evidenciem a execução do objeto.

26.3 Serão considerados aptos para medição e pagamento apenas aqueles serviços que atenderem às especificações estabelecidas.

26.4 Poderá ocorrer glosa parcial ou total do pagamento nos casos de:

- a) execução em desacordo com as especificações;
- b) entrega incompleta ou inconsistente dos produtos;
- c) não atendimento às exigências técnicas;
- d) descumprimento de prazos sem justificativa aceita.

26.5 O pagamento será realizado de forma parcelada, de acordo com a evolução das etapas do objeto, após o atesto da fiscalização quanto à conformidade dos serviços executados.

26.6 Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar:

- a) nota fiscal correspondente aos serviços executados;
- b) relatórios técnicos aprovados pela fiscalização;
- c) comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, quando exigido.

26.7 O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data do atesto da nota fiscal pela fiscalização competente.

26.8 O pagamento estará condicionado à efetiva execução dos serviços e à verificação da conformidade dos produtos entregues, não sendo devido qualquer valor por serviços não realizados ou executados em desacordo com o contrato.

27. DAS SANÇÕES

27.1 O descumprimento das obrigações poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos **arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

27.2 Multa por atraso

Multa de **0,5% ao dia**, limitada a **10%**.

27.3 Inexecução parcial



Multa de até **10%** sobre a parcela inadimplida.

27.4 Inexecução Total

Multa de até **20%** sobre o valor do contrato.

27.5 Demais sanções

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar;
- c) declaração de inidoneidade.

27.5.1 As sanções observarão proporcionalidade e gravidade da infração.

27.6 Situações específicas

Inclui:

- falha técnica
- relatório inconsistente
- atraso
- descumprimento de exigências

27.7 A aplicação das sanções não exclui a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração.

28. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO OBJETO

28.1 A contratada deverá apresentar, antes do início dos serviços, cronograma detalhado das atividades, indicando as etapas de execução, prazos e sequência operacional, para validação pela fiscalização.

O cronograma deverá observar, como referência, o prazo máximo de execução de até **120 (cento e vinte) dias corridos**, distribuído entre as etapas de planejamento, atividades de campo, análises laboratoriais e elaboração dos relatórios técnicos.

28.2 Os serviços deverão ser executados de forma a atender integralmente às exigências dos órgãos ambientais competentes, sendo responsabilidade da contratada realizar eventuais adequações técnicas necessárias ao atendimento dessas exigências.

28.3 Caso os produtos apresentados não atendam às exigências técnicas ou sejam rejeitados pelos órgãos ambientais, a contratada deverá proceder às adequações necessárias, sem ônus adicional.

28.4 A contratada deverá considerar, no planejamento dos serviços, as condições físicas e ambientais da área, adotando as medidas necessárias para execução segura e eficiente das atividades.

28.5 Os serviços deverão ser executados de forma coordenada, assegurando a compatibilidade entre os dados coletados, as análises realizadas e os relatórios produzidos.

28.6 Caberá à contratada observar e providenciar, quando necessário, autorizações operacionais específicas para execução das atividades técnicas, sem prejuízo das atribuições da Administração.



28.7 Os relatórios e demais produtos deverão ser entregues em formato digital e, quando solicitado, em meio físico, devidamente organizados e identificados.

28.8 As disposições deste item complementam as demais regras estabelecidas neste Termo de Referência, visando assegurar a adequada execução do objeto e o alcance dos resultados pretendidos.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 O presente Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação, devendo ser considerado em conjunto com os demais documentos que o instruem.

29.2 As disposições deste Termo de Referência deverão ser interpretadas de forma sistemática, visando à adequada execução do objeto e ao atendimento do interesse público.

29.3 A execução do contrato deverá observar integralmente a legislação vigente, em especial as normas aplicáveis às contratações públicas e à área ambiental.

29.4 Poderão ser realizados ajustes formais durante a execução contratual, desde que não alterem a essência do objeto e sejam devidamente justificados no processo administrativo.

29.5 Em caso de divergência entre este Termo de Referência e o instrumento contratual, prevalecerão as condições estabelecidas no contrato.

29.6 Fica eleito o foro da sede da Administração para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução contratual.

Araruama, 27 de abril de 2026

Victor Emmanuel

Responsável por elaborar o Termo de Referência

Autorizado por:

Melina Antunes da Silva

Superintendente de Fase Preparatória

Carlos Alberto da Silva Siqueira Filho

Secretário de Meio Ambiente



ANEXO III
MODELO PROPOSTA

Dispensa Eletrônica nº xxx/2026

Entidade: Secretaria Municipal de _____

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

- Razão Social:
- CNPJ:
- Inscrição Estadual/Municipal:
- Endereço Completo:
- Telefone:
- E-mail:

2. OBJETO

O objeto é a _____, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **Aviso de Dispensa Eletrônica** e seus anexos, em conformidade com o Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral com mapeamento das restrições ambientais, caracterização da cobertura vegetal, elaboração de mapa de localização, acessos, sistema viário, ocupação do entorno, bacia hidrográfica e delimitação da área de estudo.	SRV	1		
2	Elaboração do programa de monitoramento ambiental contemplando qualidade do solo, águas subterrâneas e águas superficiais, incluindo definição da rede de amostragem, parâmetros de análise, metodologia de coleta e avaliação das condicionantes da licença ambiental anterior	SRV	1		
3	Coleta de amostras de solo subsuperficial para análises físicas, químicas, físico-químicas e biológicas, incluindo logística	SRV	4		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 34

	de campo, acondicionamento, transporte e cadeia de custódia.				
4	Análises laboratoriais das amostras de água superficial e subterrânea em laboratório acreditado, incluindo parâmetros físico-químicos e biológicos conforme legislação ambiental aplicável.	SRV	4		
5	Execução de sondagens ambientais e instalação de poços de monitoramento de águas subterrâneas, incluindo perfuração, instalação de tubos de monitoramento, pré-filtro, selo sanitário, desenvolvimento do poço e medição do nível d'água, conforme normas da ABNT.	SRV	4		
VALOR TOTAL					

3. COMPROMISSOS

- Declaramos que estamos cientes e de pleno acordo com a descrição dos serviços constante no Termo de Referência da contratação.
- Declaramos que nos valores propostos estão incluídos todos os custos com transporte, frete, taxas, impostos ou quaisquer outros valores que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.
- Proposta com validade de xx dias.

4. INFORMAÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- Representante Legal:
- CPF:
- RG: Órgão Emissor:
- Endereço Residencial Completo:

5. DADOS PARA PAGAMENTO

- Banco:
- Agência:
- Conta Corrente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 35

Araruama, ____ de _____ de 2025.

Responsável Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 36

ANEXO IV
VALOR ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral com mapeamento das restrições ambientais, caracterização da cobertura vegetal, elaboração de mapa de localização, acessos, sistema viário, ocupação do entorno, bacia hidrográfica e delimitação da área de estudo.	SRV	1	R\$ 17.300,00	R\$ 17.300,00
2	Elaboração do programa de monitoramento ambiental contemplando qualidade do solo, águas subterrâneas e águas superficiais, incluindo definição da rede de amostragem, parâmetros de análise, metodologia de coleta e avaliação das condicionantes da licença ambiental anterior	SRV	1	R\$ 33.014,42	R\$ 33.014,42
3	Coleta de amostras de solo subsuperficial para análises físicas, químicas, físico-químicas e biológicas, incluindo logística de campo, acondicionamento, transporte e cadeia de custódia.	SRV	4	R\$ 3.353,66	R\$ 13.414,64
4	Análises laboratoriais das amostras de água superficial e subterrânea em laboratório acreditado, incluindo parâmetros físico-químicos e biológicos conforme legislação ambiental aplicável.	SRV	4	R\$ 3.866,66	R\$ 15.466,64



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 37

5	Execução de sondagens ambientais e instalação de poços de monitoramento de águas subterrâneas, incluindo perfuração, instalação de tubos de monitoramento, pré-filtro, selo sanitário, desenvolvimento do poço e medição do nível d'água, conforme normas da ABNT.	SRV	4	R\$ 12.316,66	R\$ 49.266,64
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 128.462,34	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 38

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO Nº/...., DE CONTRATAÇÃO DE,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE

..... E

MUNICÍPIO DE ARARUAMA, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de _____, _____, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada por _____ (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº _____, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente Edital nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral com mapeamento das restrições ambientais, caracterização da cobertura vegetal, elaboração de mapa de localização, acessos, sistema viário, ocupação do entorno, bacia hidrográfica e delimitação da área de estudo.	SRV	1		
2	Elaboração do programa de monitoramento ambiental contemplando qualidade do solo, águas subterrâneas e águas superficiais, incluindo definição da rede de amostragem, parâmetros de análise, metodologia de coleta e avaliação das condicionantes da licença ambiental anterior	SRV	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Nº 8161/2026

Ass.: _____ Fls. 39

3	Coleta de amostras de solo subsuperficial para análises físicas, químicas, físico-químicas e biológicas, incluindo logística de campo, acondicionamento, transporte e cadeia de custódia.	SRV	4		
4	Análises laboratoriais das amostras de água superficial e subterrânea em laboratório acreditado, incluindo parâmetros físico-químicos e biológicos conforme legislação ambiental aplicável.	SRV	4		
5	Execução de sondagens ambientais e instalação de poços de monitoramento de águas subterrâneas, incluindo perfuração, instalação de tubos de monitoramento, pré-filtro, selo sanitário, desenvolvimento do poço e medição do nível d'água, conforme normas da ABNT.	SRV	4		
VALOR TOTAL					

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato será de XX (XXXX) meses a contar da data da sua assinatura, e poderá ser renovado de acordo com a Lei Federal nº.14.133/2021, será reajustado a cada data-aniversário do orçamento estimado de acordo com XXXX.

2.2 O prazo para a assinatura do contrato será de xx (xxxx) contados da adjudicação do objeto. O não comparecimento para a assinatura do contrato ensejará na aplicação das sanções cabíveis conforme item 20 do Termo de Referência.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:



- a) demonstração formal, no processo, de que a forma dos fornecimentos tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido realizados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade dos fornecimentos;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor do contratação é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em XX dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no inciso IV, § 2º, Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os critérios de reajustes são aqueles previstos no TR, anexo ao edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - As obrigações da contratante são aquelas discriminadas no TR.



CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. – As obrigações do contratado são aquelas discriminadas no TR.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;



b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do município.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1 Fica eleito o Foro o município de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Representante legal do **CONTRATANTE**

Representante legal do **CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1-

2-